



Energest S.A.

CNPJ/MF nº 04.029.601/0001-88

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.871	34.290	Fornecedores	17	5.981	17.370
Concessionárias	5	22.727	61.178	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	10.796	7.249
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	5.241	20.587	Outros tributos a recolher	6	3.905	3.122
Outros tributos compensáveis	6	5.294	4.202	Dividendos	18	26.833	36.949
Empréstimos a receber	7	105.305		Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	110.183	
Estoques	8	6.545	5.932	Benefícios pós-emprego	20	626	560
Cauções e depósitos vinculados	11	125		Encargos setoriais	21	2.245	1.690
Prêmio de risco - GSF	12	541	541	Provisões	22	105	7.101
Adiantamentos a fornecedores	13	644	7.641	Adiantamentos de clientes	13	646	7.641
Outros créditos	14	293	677	Outras contas a pagar	14	1.417	1.431
Total do Ativo Circulante		182.586	135.048	Total do Passivo Circulante		162.737	76.022
Não circulante				Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6		695	Tributos diferidos	9	23.102	23.128
Empréstimos a receber	7		100.934	Empréstimos e financiamentos	19		101.842
Cauções e depósitos vinculados	11	3.260	4.239	Benefícios pós-emprego	20	11.451	12.229
Prêmio de risco - GSF	12	631	1.172	Provisões	22	6.460	6.472
Adiantamentos a fornecedores	13		645	Adiantamentos de clientes	13		645
Outros créditos	14	18	19	Outras contas a pagar	14	1.085	1.348
		3.909	107.704	Total do Passivo Não circulante		42.098	145.664
Imobilizado	15	196.320	202.381	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	16	94.795	95.708	Capital social	23.1	3.205	48.205
		291.115	298.089	Reservas de lucros	23.3	272.233	274.488
Total do Ativo Não circulante		295.024	405.793	Outros resultados abrangentes	23.4	(2.663)	(3.538)
TOTAL DO ATIVO		477.610	540.841	Total do Patrimônio líquido		272.775	319.155
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		477.610	540.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2021	2020
Receitas	24	308.364	269.977
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	25		
Custo do serviço de energia elétrica		(109.892)	(31.033)
Custo de operação		(33.285)	(14.359)
		(143.177)	(45.392)
Lucro bruto		165.187	224.585
Despesas e Receitas operacionais	25		
Despesas gerais e administrativas		(6.667)	(8.115)
Outras despesas e receitas operacionais		(175)	267
		(6.842)	(7.848)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		158.345	216.737
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		9.671	7.105
Despesas financeiras		(10.421)	(5.690)
		(750)	1.415
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		157.595	218.152
Tributos sobre o lucro	27		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(22.017)	(11.335)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		482	(30.393)
		(21.535)	(41.728)
Lucro líquido do exercício		136.060	176.424
Resultado por ação atribuível aos acionistas	28		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)		2,82253	3,65987
ON			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2021	2020
Lucro líquido do exercício	136.060	176.424
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	1.327	2.549
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(452)	(867)
	875	1.682
Resultado abrangente do exercício	136.935	178.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2021	2020
Geração do valor adicionado	371.866	414.003
Receita operacional	352.434	309.832
Receita relativa à construção de ativos próprios	19.432	103.709
Outras receitas		462
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(153.091)	(156.252)
Custos da energia comprada	(129.078)	(126.976)
Encargos de uso da rede elétrica	(10.011)	(7.931)
Materiais	(2.270)	(1.991)
Serviços de terceiros	(9.314)	(16.722)
Outros custos operacionais	(2.418)	(2.632)
Valor adicionado bruto	218.775	257.751
Retenções		
Depreciações e amortizações	(26.546)	(9.184)
Valor adicionado líquido produzido	192.229	248.567
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	10.153	7.396
Valor adicionado total a distribuir	202.382	255.963
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.424	3.097
Benefícios	1.024	1.234
FGTS	207	534
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	49.527	68.726
Estaduais	1.524	5
Municipais	21	44
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	10.421	5.690
Aluguéis	174	209
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	12.640	8.402
Dividendos	95.051	117.748
Lucros retidos	107.331	138.215
	202.382	255.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Energest S.A. (Companhia ou Energest), sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social: as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético; e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a seguinte concessão de geração de energia elétrica em operação:

Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (1) (MWm)	Energia Assegurada (1) (MWm)	Concessão
						Início Término
UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	134,80	14/07/1995 16/07/2025

O contrato de concessão tem duração de 30 anos, com extensão por mais 19,8 meses decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20, podendo ser prorrogado pelo exercício de até 20 anos, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, e mediante requerimento da concessionária.

Da energia assegurada de 134,8 MWm, a Companhia possui comercializado 101,74 MWm nos seguintes ambientes: (i) 23,00 MWm no Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARS, negociados principalmente com terceiros; e (ii) 78,74 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com terceiros e com partes relacionadas (Notas 5 e 10).

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O Projeto de Lei 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *General Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. Para sua efetivação, o projeto necessitava de aprovação no Senado e a sanção presidencial. No Senado, o Projeto de Lei do Senado 3.975/19 obteve o parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e em 13 de agosto de 2020, foi deliberado e aprovado em plenário, e sancionado pela presidência em 08 de setembro de 2020. Em 09 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial a Lei nº 14.052/20, que alterou a Lei nº 13.203/15, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no ACL. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis.

Em 23 de setembro de 2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº56/20 para obter subsídios para o aprimoramento da proposta da regulamentação da Lei nº 14.052/20, com prazo de 30 dias. A Consulta discutiu junto aos agentes os critérios e dados dos cálculos de ressarcimento, além de aspectos contratuais e jurídicos, como a documentação para extensão de outorga e aditivos dos contratos. No dia 16 de outubro de 2020, a CCEE, por meio da referida Consulta Pública, entregou proposta contendo estimativa de valores do cálculo completo do GSF, a Consulta encerrou-se em 23 de outubro, recebendo 151 contribuições.

Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, encerrando a etapa de regulamentação. Atendendo às contribuições de diversos agentes (entre as quais está a Companhia), a Agência aperfeiçoou a minuta inicialmente submetida, incluindo mais dois fatores que aumentariam a estimativa inicial: (i) custo de capital incorrido pelos geradores em períodos não protegidos por liminares desde o início do cálculo retroativo de riscos não hidrológicos, em 2012; e (ii) atrasos na implantação de transmissão para escoamento da energia de Belo Monte, notadamente em relação aos atrasos da Abengoa. Dado que as contribuições aceitas demandam aprimoramentos nos motores de cálculo da CCEE, a ANEEL deu prazo de 90 dias - contados a partir da publicação da Resolução - para que a CCEE atualize e apresente os dados de reprodutibilidade e novos montantes financeiros, seguidos posteriormente pelos prazos de publicação do ativo regulatório por agente e pedido de adesão à repactuação.

A CCEE cumpriu a atualização dos cálculos e envio de novos valores à ANEEL em 1º de março de 2021. Durante o mês de março, a Agência avaliou os resultados e programou a homologação para a Reunião de Diretoria em 30 de março de 2021. No entanto, em avaliação de pedidos de reconsideração de alguns agentes no âmbito do processo, houve o entendimento de que o ressarcimento do risco não hidrológico deveria também alcançar usinas no período prévio à repactuação do ACR da Lei nº 13.203/2015. Dessa forma, para homologar uma única extensão de outorga (uma vez que há usinas que se encaixam nas duas situações de ACR e ACL), o relator decidiu adiar o processo para que a CCEE reprocessasse o cálculo e publicasse novos valores para homologação.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		157.595	218.152
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		26.434	9.104
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos a receber		(4.371)	(934)
Direito de concessão - GSF		(16.346)	(91.418)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		8.341	3.641
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		1.001	(1.213)
Provisões e atualizações monetárias civis, fiscais e trabalhistas		1.077	1.051
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		871	842
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(217)	(107)
Amortização do prêmio de risco - GSF		541	540
Outros		(75)	(252)
		174.851	139.406
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		38.451	(24.172)
Outros tributos compensáveis		(14.495)	(13.444)
Adiantamentos a fornecedores		(644)	(8.286)
Outros ativos operacionais		9.014	18.434
		32.326	(27.468)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(11.389)	(1.609)
Outros tributos a recolher		28.459	14.333
Benefícios pós-emprego		(385)	2.147
Encargos setoriais		(316)	(1.695)
Provisões		(1.552)	(659)
Adiantamentos de clientes		646	8.286
Outros passivos operacionais		(8.559)	(21.663)
		6.904	(860)
Caixa proveniente das atividades operacionais		214.081	111.078
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.270)	(15.115)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		195.811	95.963
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(2.537)	(12.291)
Empréstimos a receber			(100.000)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento		(2.537)	(112.291)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social líquido do custo de emissão		(45.000)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(146.535)	(81.689)
Captação de empréstimos e financiamentos			98.201
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(158)	(287)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	30.1	(191.693)	16.225
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		1.581	(103)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		35.871	34.290
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		34.290	34.393
		1.581	(103)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	48.205	197.143	(5.220)	-	240.128
Dividendo adicional aprovado AGO de 30/04/2020		(60.870)			(60.870)
Lucro líquido do exercício				176.424	176.424
Destinação do lucro					
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		28.629		(28.629)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(8.402)	(8.402)
Dividendos complementares				(29.807)	(29.807)
Lucro do exercício a deliberar		109.586		(109.586)	-
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			2.549		2.549
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(867)		(867)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	48.205	274.488	(3.538)	-	319.155
Saldos em 31 de dezembro de 2020	48.205	274.488	(3.538)	-	319.155
Redução de capital - AGE de 01/04/2020	(45.000)				(45.000)

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 29.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial, conforme nota 20.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Avaliação de vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 15 e 16); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.1.2.1); Provisões fiscais, civis e trabalhistas (Nota 22.1) e Plano de Benefícios pós-emprego (Nota 20).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Foco ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

A Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos oriundos da pandemia da COVID-19 (Nota 3.2.4.1), em relação a sua posição patrimonial e financeira, com o objetivo de identificar a existência de fatores que requerem a realização de teste relativo ao valor recuperável de seus ativos não financeiros. Como resultado dessa avaliação, a Administração da Companhia concluiu com base em suas análises, que nesse momento não há indicativos quanto a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos não financeiros.

2.7 Normas novas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros; Evidenciário; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023

Os normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Medida governamental para gestão de recursos hídricos

Publicação	Descrição	Status
Medida Provisória - MP nº 1.055 de 28 de junho de 2021	A MP nº 1.055 institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país adotando entre as medidas: (i) definir diretrizes obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas; (ii) estabelecer prazos para atendimento das diretrizes pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, pelo ONS, pela CCEE e pelos concessionários de geração de energia elétrica; (iii) requisitar e estabelecer prazos para encaminhamento de informações e subsídios técnicos aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta, à ONS, à CCEE e aos concessionários de geração de energia elétrica. O Ministério de Minas e Energia (MME), com a melhoria da expectativa de chuvas a final do ano de 2021, após reunião da CREG em 05 de novembro de 2021, sinalizou o fim da vigência da MP 1.055/2021, que instituiu a CREG. A MP perdeu a validade no dia 07 de novembro de 2021, e, com isso, a Câmara encarregada da gestão da atual crise hídrica também deixou de existir.	Esta MP entrou em vigor em 28 de junho de 2021 e a CREG teria duração até 30 de dezembro de 2021. Em 07 de novembro a MP perdeu a validade, bem como ocorreu o fim da CREG.

3.2 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que existe uma pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 com suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais nos exercícios de 2020 e 2021, tendo os maiores impactos ocorridos no primeiro ano da referida pandemia.

3.2.1 Medidas de Assistência Governamental adotadas em 2021

Publicação	Descrição	Status
Despacho - DSP ANEEL nº 904 de 30/03/2021	A ANEEL aprovou o Despacho que destina os recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, geridos pela Companhia, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, sendo o recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (Corrente) sob as obrigações devidas aos programas. Com a regulamentação a Agência toma as providências necessárias para a liberação de R\$2,23 bilhões em 2021 com a finalidade de contribuir para a modicidade tarifária, como medida de mitigação dos impactos econômicos provenientes da pandemia da COVID-19.	O percentual de repasse da Companhia destinado à CDE é de 12,27%

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento		10.954	2.167
Aplicações financeiras	4,1	24.917	32.123
Certificados de Depósitos Bancários - CDB		24.917	32.123
Total		35.871	34.290

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas)		
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	Operacionais 2021	Operacionais 2020	
Concessionárias (Nota 5)									
Venda de energia elétrica									
EDP São Paulo	Controle comum	272,24	01/01/2008 a 31/12/2037	39	35	-	-	311	298
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2022	14.922	11.101	-	-	244.084	181.455
EDP Espírito Santo	Controle comum	266,80	01/01/2008 a 31/12/2037	86	70	-	-	659	629
Lajeado Energia	Controle comum	184,63	01/01/2019 a 31/12/2020	-	2.335	-	-	-	27.570
Porto do Pecém	Controle comum	348,16	01/03/2020 a 31/03/2021	-	-	-	-	36.696	2.483
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	147,12	01/01/2017 a 31/12/2046	449	429	-	-	5.284	5.069
CEJA	Controle Comum	126,57	01/01/2017 a 31/12/2046	60	57	-	-	707	679
Total				15.556	14.027	-	-	287.731	218.183
Fornecedores (Nota 17)									
Uso do sistema de distribuição									
EDP Espírito Santo	Controle comum		01/08/2005 a 17/07/2025	-	-	837	674	(8.845)	(6.956)
Suprimento de Energia Elétrica									
EDP Trading Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2022	-	-	646	8.361	(84.932)	(115.180)
Porto do Pecém	Controle comum	39,68	01/03/2020 a 31/03/2021	-	-	-	-	(12.412)	(283)
Lajeado Energia	Controle comum	39,68	01/04/2020 a 30/04/2020	-	-	-	-	-	(1.886)
Total				-	-	1.483	9.035	-	(106.189)
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 14)									
Compartilhamento dos serviços de Recursos Humanos (a)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2022	10	13	-	-	128	(1.236)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)									
EDP Espírito Santo	Controle comum		11/03/2021 a 10/03/2025	-	2	-	-	5	(9)
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2022	-	-	-	-	3	(29)
EDP São Paulo	Controle comum		01/01/2021 a 31/12/2022	-	-	-	-	2	(2)
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 10.3.1)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		15/06/2016 a 18/06/2022	-	-	-	-	194	1.079
Contrato de prestação de serviços (c)									
EDP Trading Comercializadora	Controle Comum		01/12/2019 a 30/11/2024	-	-	-	-	110	106
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d)									
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 a 31/12/2024	-	-	-	-	102	108
Total				15.556	14.027	12	13	544	1.294
Total				12	13	1.483	9.035	544	1.294

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. (a) **Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

(b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho. Entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a Companhia solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anulados sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987/16.

Em agosto de 2019 foi publicada a anuência da ANEEL, através do Despacho nº 2.636/2019, celebrando o contrato de compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP - Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão (*), EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão SP-MG, ambos os contratos tem vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das Companhias EDP Transmissão (*), EDP Transmissão MA I (*) e EDP Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

Ainda em 2021, foram assinados dois contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da Companhia localizada em São José dos Campos. Esses contratos celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading Comercializadora, Porto do Pecém, Investivo, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energia do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG. Ambos os contratos tem vigência até 31 de dezembro de 2022. Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das Companhias EDP Transmissão (*), EDP Transmissão MA I (*) e EDP Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

Os percentuais de rateio devem ser revisados anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

4.1 Aplicações financeiras

Essas aplicações financeiras estão remuneradas à taxa de 100,50% a 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 29.

5 Concessionárias

Concessionárias	Circulante	
	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica	21.608	20.257
Energia de curto prazo	5.1	1.119
Total	22.727	61.178

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 29.2.5.

5.1 Energia de curto prazo

A variação reflete a estratégia de sazonalização adotada pela Companhia no exercício de 2021, além da redução do volume da energia vendida ao final do mesmo exercício, quando comparado com 2020, cujo objetivo era evitar uma exposição financeira negativa na CCEE.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

Ativos compensáveis	Saldo em Nota	31/12/2020	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transfêrência	Saldo em 31/12/2021
Total	21.282				(279)	8.822	(16.148)	(8.436)	5.241
Circulante	20.587								5.241
Não circulante	695								-
Outros tributos compensáveis					496			(13.426)	3.602
PIIS e COFINS	108	16.525	(101)					(586)	94
IRRF sobre aplicações financeiras	937	398	(855)						-
IR/CS retidos sobre faturamento	166	(166)							-
Outros	6.1	2.991	(1.395)					2	1.598
Total Circulante	4.202	16.923	(2.317)		496			-	(14.010)
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher	7.249	22.017				(9.448)		(9.022)	10.796
Total Circulante	7.249	22.017				(9.448)		(9.022)	10.796
Outros tributos a recolher						(202)			12
ICMS	5	209				(4.462)	(14.888)	(13.424)	1.809
PIIS e COFINS	1.515	33.068							92
Tributos sobre serviços prestados por terceiros								(374)	1.896
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.2	1.260	1.898				(1.260)		96
Encargos com pessoal		251	788				(943)		-
Outros		10					(10)</		

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10.3 Remuneração dos administradores

10.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Entre os anos de 2016 e 2021, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto, quinto e sexto planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se gestores e diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2021 da mesma o montante negativo de R\$140 (R\$301 em 2020) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

10.3.2 Remuneração anual total da Administração

	Diretoria Estatutária	
	2021	2020
Remuneração (a)	134	779
Benefícios de curto prazo (b)	39	53
Benefícios - Previdência privada	17	97
Remuneração baseada em ações (Nota 10.3.2.1)	101	
Total	291	929

Em relação a Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 10.3.1), o montante relativo a diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2021, é de R\$230 (R\$226 em 2020). Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária neste quadro quando da efetiva outorga das ações da controladora.

10.3.2.1 Remuneração baseada em ações

As ações do Plano de Remuneração I foram exercidas no período findo em 30 de junho de 2021.

11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em		Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em
		31/12/2021	31/12/2020					
Depósitos judiciais	22.1	4.114	71	102	(79)	(948)		3.260
Outros cauções		125						125
		4.239	71	102	(79)	(948)		3.385
Circulante		-						125
Não circulante		4.239						3.260
Total		4.239						3.385

12 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 94% da exposição ao Generation Scaling Factor - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$1.172 (R\$1.713 em 31 de dezembro de 2020), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no exercício de janeiro de 2016 a fevereiro de 2024, de acordo com o Despacho ANEEL n° 243 de 28 de janeiro de 2016. No exercício foram amortizados R\$541 (R\$540 em 2020).

13 Adiantamentos a fornecedores e de clientes

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento a fornecedores - EDP Trading Comercializadora	644	7.641		645
Adiantamento de clientes - Beta Comercializadora	646	7.641		645
O adiantamento a fornecedores é decorrente de contrato de compra de energia no ACL junto à EDP Trading Comercializadora, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorrerá de forma sazonal entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021 e a última parcela será liquidada em janeiro de 2022.				
O adiantamento de clientes é decorrente de contrato de venda de energia no ACL junto à Beta Comercializadora, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorrerá de forma sazonal entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021 e a última parcela será liquidada em janeiro de 2022.				

14 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outros créditos - Ativo					
Dispêndios a reembolsar		2	2		
Resarcimento de custos - RGR		115	73		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10	152	343	12	13
Despesas pagas antecipadamente		24	36		
Outros		24	223	6	6
Total		293	677	18	19
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		62	44	497	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			546	1.294
Arrendamentos e alugueis		90	83	42	54
Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.1	1.258	1.297		
Outros		7	7		
Total		1.417	1.431	1.085	1.348

14.1 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

15 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução do valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução ANEEL nº 691/15, regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados a concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do contrato, todos os bens e instalações vinculados à usina hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

15.1 Composição do imobilizado

	31/12/2021				31/12/2020			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terenos		1		1		1		1
Reservatórios, barragens e adutoras	2,55	45.700	(27.627)	18.073	2,55	45.654	(27.060)	18.594
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,08	21.592	(16.131)	5.461	3,08	21.592	(15.901)	5.691
Máquinas e equipamentos	3,13	232.589	(80.091)	152.498	3,13	232.840	(72.998)	159.842
Veículos	14,29	100	(70)	30	14,29	100	(55)	45
Móveis e utensílios	6,25	756	(133)	623	6,25	688	(86)	602
		300.738	(124.052)	176.686		300.875	(116.100)	184.775
Administração								
Máquinas e equipamentos	12,00	997	(370)	627	13,99	953	(223)	730
Veículos	14,29	252	(114)	138	14,29	252	(78)	174
Móveis e utensílios	23,29	36	(24)	12	23,29	36	(15)	21
		1.285	(508)	777		1.241	(316)	925
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	93	(14)	79	3,33	93	(11)	82
		93	(14)	79		93	(11)	82
Total do Imobilizado em serviço		302.116	(124.574)	177.542		302.209	(116.427)	185.782
Ativos de direito de uso (Nota 15.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	11,16	176	(127)	49	38,50	1.000	(768)	232
Máquinas e equipamentos	33,33	103	(26)	77				
Veículos		-		-	50,00	757	(757)	-
Móveis e utensílios		-		-				
Total Ativos de direito de uso		279	(153)	126		1.757	(1.525)	232
Imobilizado em curso								
Geração		18.630		18.630		16.367		16.367
Administração		22		22		-		-
Total do Imobilizado em curso		18.652		18.652		16.367		16.367
Total Imobilizado		321.047	(124.727)	196.320		320.333	(117.952)	202.381

19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2021		31/12/2020		
									Encargos	Principal	Encargos	Principal	
Moeda nacional									Circulante	Circulante	Total	Encargos	Principal
Notas Promissórias (1ª Emissão)	100.000	15/05/2020	100.000	15/05/2020 a 16/05/2022	Capital de Giro	Dívida Líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	CDI + 2,75% a.a.	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	10.545	100.000	110.545	3.068	100.000
(-) Custo de transação	(1.780)	15/05/2020		15/05/2020 a 16/05/2022				Principal e juros com parcela única ao final do contrato				(362)	(362)
													(1.226)
Total									10.545	99.638	110.183	3.068	98.774

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as mesmas encontram-se em conformidade no respectivo contrato de financiamento.

19.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2021		Juros provisionados		Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante							
Principal		-		100.000			100.000
Juros		-	5.852	4.693			10.545
Custo de Transação		-		(1.226)		864	(362)
			5.852	103.467		864	110.183
Não circulante							
Principal		100.000		(100.000)			-
Juros		3.068		(4.693)			-
Custo de Transação		(1.226)		1.226			-
		101.842		(103.467)			-

20 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados.

A contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado. A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios	626	557	11.451	12.229
Contribuição definida			3	
	626	560	11.451	12.229

20.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

20.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável

• Plano Escelos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006 e administrado pela EnerPrev); O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a Companhia.

20.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

15.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2). As principais características dos contratos estão descritas abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos à locação de imóveis para diretores.
- **Máquinas e equipamentos:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de locação de máquinas e equipamentos: (i) escavadeira, (ii) retroescavadeira hidráulica, (iii)çãmba; e (iv) caminhão munck para reparos civis.
- **Veículos:** Refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

15.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido em 31/12/2020		Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Reclassificações	Valor líquido em 31/12/2021
Imobilizado em serviço								
Terenos			1					1
Reservatórios, barragens e adutoras		18.594			46	(567)		18.073
Edificações, obras civis e benfeitorias		5.773				(233)		5.540
Máquinas e equipamentos		160.572			151	(7.353)	(245)	153.125
Veículos		219				(51)		168
Móveis e utensílios		623			68	(56)		635
Total do Imobilizado em serviço		185.782		-	265	(8.260)	(245)	177.542
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias			232		9	(192		

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20.2 Planos de Assistência Médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

Os planos apresentam cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, cobertura correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

20.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

Em 01 de março de 2019, a Companhia iniciou o processo de alteração do Plano de Benefício Definido, a partir da troca do operador do plano de Assistência Médica, o qual utiliza a modalidade de operação (catalogada pela ANS - Agência Nacional de Saúde) sob a forma de cooperativa médica, ao invés da modalidade de seguradoras especializadas em saúde utilizada pelo antigo operador.

Tal classificação e reconhecimento estão em conformidade com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, que requer que na ocorrência de evento que possa ser julgado como uma redução, alteração ou liquidação de plano de benefício, a entidade deva mensurar o custo do serviço passado a partir da avaliação do valor líquido do passivo de benefício definido, utilizando o valor justo dos ativos e premissas atuariais correntes que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano antes e após a identificação do eventos.

Nesse sentido, à luz da norma, o custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante da modificação do plano (encurtamento/curtailment), devendo ser reconhecido no resultado no exercício em que ocorrer, uma vez que não estavam admitidos ou previstos nas premissas atuariais anteriores, e tampouco se tratam de serviços já prestados.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2021 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

20.2.2 Movimentação dos passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(12.786)
Custo do serviço corrente	(27)
Custo dos juros	(973)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	1.327
Contribuições pagas pela Companhia	382
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(12.077)

O ganho atuarial de R\$1.327 no valor presente das obrigações, apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2021, foi decorrente, principalmente, de mudanças nas premissas atuariais comparadas com o ano anterior relativo a taxa de desconto, inflação médica e projeção de gastos médicos (Nota 23.4).

O saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.661 (R\$3.538 em 31 de dezembro de 2020).

20.2.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento Circulante	Assistência Médica e Seguro de Vida
2022	626
2023	626
2023	663
2024	713
2025	770
2026	822
2027 a 2031	4.959
Total	7.927
	8.553

20.2.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2021	2020
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		27	125
Custo dos juros	26	973	1.085
Benefícios pagos pela empresa		(382)	(270)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		618	940
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		130	(1.358)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		(1.457)	(1.191)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		(1.327)	(2.549)
Total		(709)	(1.609)

20.2.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2021			2020		
	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Participantes ativos			23			23
Participantes assistidos					1	
Aposentados e pensionistas	61	24	-	65	23	-
Total	61	24	23	65	24	23

20.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposentados	Seguro de Vida
Pressupostos Centrais	10,962	158	1.115
Taxa de desconto			
Aumento em 0,5%	10,236	136	1.046
Redução em 0,5%	11,436	179	1.203
Mortalidade			
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	11,215	159	1.095

20.2.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2021		
	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Econômicas			
Taxa de desconto - nominal	8,74% a.a.	8,77% a.a.	8,77% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Inflação médica de longo prazo	9,45% a.a. em 2021, reduzindo linearmente para 5,32% a.a. até 2030	n/a	n/a
Inflação	3,25% a.a.	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	n/a	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
	2020		
	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Econômicas			
Taxa de desconto - nominal	7,67% a.a.	7,56% a.a.	7,56% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	3,31% a.a.	3,31% a.a.
Inflação médica de longo prazo	9,51% a.a. em 2021, reduzindo linearmente para 5,38% a.a. até 2029	n/a	n/a
Inflação	3,31% a.a.	3,31% a.a.	3,31% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	n/a	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

21 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Saldo em	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em	
	Nota	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	
Quota de reserva global de reversão - RGR	14 e 24	350	3.817	(3.874)	293	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	24	906	4.172	(3.873)	1.205	
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	21.1	388	3.033	(7)	664	
Outros encargos		46	777	(740)	83	
Total Circulante		1.690	11.799	(7)	(11.237)	2.245

21.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.1). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. A CDE, que é destinada à promoção do desenvolvimento energético no território nacional, seguindo em cumprimento à programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia - MME, e gerido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, apresentou valores repassados oriundos da referida Conta, anuídos pela ANEEL (Nota 3.2.1).

22 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras	22.1	105	10	6.437
Licenças ambientais	22.2	105	10	23
Total		105	10	6.460

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.1 Provisões cíveis, trabalhistas e outras

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo	
	Baixas				Depósito judicial	
	Saldo em	Constituição	Atualizações monetárias	Saldo em	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	5.351	999	(865)	820	5.049	3.185
Cíveis	940	(1)	(2)	229	1.166	
Outros	181	52	(9)		222	
Total Não circulante	6.472	1.051	(876)	1.049	6.437	2.850
Total					6.472	3.185

Não existem garantias de provisões prováveis na Companhia em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.233 em 31 de dezembro de 2020)

22.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

22.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Circulante		Ativo	
	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Depósito judicial (Nota 11)
Trabalhistas		1.609	996	339
Cíveis		4.028	3.343	
Fiscais	22.1.2.1	3.835	1.315	
Total		9.472	5.654	339

22.1.2.1 Fiscais

Discussão administrativa relativa a não homologadas pela RFB de compensações de saldo negativo de IRPJ do ano de 2010 em razão de erro sistêmico da RFB. O montante do processo atualizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.500. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

22.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$71 (R\$528 em 31 de dezembro de 2020).

22.2 Licenças Ambientais

Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o replantamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

A Companhia efetuou alteração de sua taxa de atualização de IGP-M para IPCA, devido ao indexador refletir atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 4% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8,5% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo máximo da última licença obtida, previsto na Resolução CONAMA 237/97. A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foi de R\$440. Deste montante, substancialmente, R\$188 referem-se aos itens de proteção da biodiversidade e paisagem, R\$147 são relativos a gastos com proteção e recuperação de solos, águas subterrâneas, superficiais e atividades de gestão e proteção do ambiente em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2020	Adições (Nota 22.2.1)	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2021
Circulante	10	483	(440)	(2)	49	5	105
Não circulante	-	66			(49)	6	23
Total	10	549	(440)	(2)	-	11	128

22.2.1 Adições

As adições de R\$549, referem-se ao complemento de estimativa de gastos com programas ambientais que ocorreram dentro do exercício de 2021, considerando que a licença tem vigência até 2023.

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$3.205 (R\$48.205 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Em AGE realizada em 1º de abril de 2020 foi aprovada a redução de capital da Companhia em um montante de R\$45.000, sem alterar a quantidade de ações e mantendo a proporção da participação da acionista, e foi autorizada pela ANEEL conforme Despacho nº 1.476/20. Em 13 de novembro de 2020 ocorreu o aviso de registro na JUCESP e a referida redução foi realizada após decorrido o prazo de 60 dias desta publicação. Da referida redução, R\$30.000 foram efetivados em 12 novembro de 2021, e R\$15.000 foram efetivados em 16 de novembro de 2021.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	48.204.767	100,00%	48.204.767	100,00%
Demais acionistas	3	0,00%	3	0,00%
Total	48.204.770	100,00%	48.204.770	100,00%

23.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;
- (iii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		136.060	176.424
Lucro líquido ajustado		136.060	176.424
Total		136.060	176.424

Destinação do lucro

Dividendos intermediários - JSCP	18	12.640	8.402
Dividendos complementares	18	16.089	29.807
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	23.3	28.729	28.629
Lucro do exercício a deliberar	23.3	78.602	109.586
Total		136.060	176.424
Dividendos por ação - R\$ - JSCP		0,26221	0,17430

23.3 Reservas

	Nota	31/12/2021	31/12/2
--	------	------------	---------

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2021	2020
Contratos de compra de energia por quantidade	25.1.1	97.344	117.349
Energia de curto prazo	25.1.2	57.645	15.243
Outros		(10.328)	(545)
(-) Ressarcimentos CCEE	25.1.3	(15.754)	(5.329)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(11.924)	(11.721)
Total		116.983	114.997

25.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade
A variação no exercício é decorrente da redução, em 2021, do volume de compra de energia que foi efetivada em 2020 para constituição de lastro com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, decorrente dos efeitos do GSF.

25.1.2 Energia de curto prazo
A variação no exercício refere-se ao maior PLD em 2021, que alcançou média anual de RS280/MWh no exercício de 2021, em comparação com RS177/MWh em 2020, influenciado pela crise hídrica, além de um maior desvio no GSF médio.

25.1.3 Ressarcimentos CCEE
O aumento de ressarcimento em 2021 ocorreu substancialmente devido à proteção da repactuação do risco hidrológico ter sido efetiva em todos os meses do ano, valorada a preços de PLD médio mais elevados devido à crise hidrológica (Nota 25.1.2)

25.2 Pessoal e Administradores

	2021	2020
Pessoal		
Remuneração	2.346	1.978
Encargos	913	740
Previdência privada - Corrente	130	191
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	1	2
Despesas rescisórias	773	167
Participação nos lucros e resultados - PLR	332	(308)
Outros benefícios - Corrente	844	897
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	27	125
Outros	15	15
	5.381	3.807
Administradores		
Honorários e encargos	83	787
Benefícios dos administradores	(133)	306
	(50)	1.093
	5.331	4.900

25.3 Serviços de terceiros

	2021	2020
Serviços de consultoria	1.697	2.052
Serviços de manutenção	2.793	1.791
Serviços de limpeza e vigilância	622	438
Serviços ambientais	5	7
Serviços de informática	877	634
Serviços de telecomunicações	298	38
Serviços de transporte	86	132
Serviços Compartilhados	469	755
(-) Crédito de PIS/COFINS	(2.655)	(289)
Outros	281	327
	4.473	5.885

26 Resultado financeiro

	Nota	2021	2020
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.931	1.877
Energia vendida		3.411	4.132
Contratos de mútuo	7	4.371	934
Juros e multa sobre tributos	6	217	107
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(482)	(291)
Outras receitas financeiras		223	346
		9.671	7.105
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	19.2	(8.341)	(3.641)
Juros e variações monetárias			
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	22.1.1	(1.049)	(884)
Benefícios pós-emprego	20.2.2	(973)	(1.086)
Outros juros e variações monetárias		(9)	(24)
Outras despesas financeiras		(49)	(55)
		(10.421)	(5.690)
Total		(750)	1.415

27 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder RS240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		157.595	218.152
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(53.582)	(74.172)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(25)	(43)
Perdas indedutíveis		(508)	
Juros sobre o capital próprio		4.298	2.857
Outras		43	(79)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	27.2	(714)	757
Incentivos fiscais			
SUDENE	27.1	28.869	28.844
Outras		84	108
Despesa de IRPJ e CSLL		(21.535)	(41.728)
Alíquota efetiva		13,66%	19,13%

27.1 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/09, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2009.

Em razão dos investimentos de repotenciação e modernização ocorridos na UHE Mascarenhas a partir de 2008, foi concedido pela SUDENE a renovação do incentivo fiscal para os anos calendarários de 2015 a 2024.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

27.2 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores

Do montante de RS714 em 31 de dezembro de 2021 os principais ajustes são: (i) RS283 negativo, decorrente do recálculo do benefício da SUDENE; (ii) RS535 negativo, inerente as reparações de IRPJ/CSLL do ano de 2016; e (iii) RS104 decorrente de benefício fiscal proveniente de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, referente ao exercício 2020. O montante de RS757 em 31 de dezembro de 2020 é decorrente de benefício fiscal proveniente de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, residual do exercício de 2019.

28 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluído ou antidiluído sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2021	2020
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	136.060	176.424
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	48.205	48.205
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	2,82253	3,65987

29 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

29.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

29.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	24.917	32.123	24.917	32.123
			24.917	32.123	24.917	32.123
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	10.954	2.167	10.954	2.167
Concessionárias	5	Nível 2	22.727	61.178	22.727	61.178
Empréstimos a receber	7	Nível 2	105.305	100.934	105.305	100.934
Cauções	11	Nível 2	125	125	125	125
Outros créditos - Partes relacionadas	14	Nível 2	656	8.642	656	8.642
			139.767	173.046	139.767	173.046
			164.684	205.169	164.684	205.169
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	17	Nível 2	5.981	17.370	5.981	17.370
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19					
Moeda nacional		Nível 2	112.004	103.071	110.183	101.842
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	14	Nível 2	546	1.294	546	1.294
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2	132	141	132	137
Licenças ambientais	22.2	Nível 2	129	10	128	10
			118.792	121.886	116.970	120.653

29.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

29.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

29.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Empréstimos e financiamentos, Arrendamentos de aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

29.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

29.2 Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP - Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, seguiu as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP - Energias do Brasil possui uma área de Riscos e Crise, na qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises, com o objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, para que sejam tomadas as providências necessárias.

A Gestão do Risco está definida através de uma Política de Risco do Negócio, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia estão publicadas na Norma de Riscos Corporativos. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos.

No Grupo EDP - Energias do Brasil os riscos são priorizados seguindo os parâmetros estratégicos e definidos de forma colegiada através do Comitê de Auditoria, esse representado pelas Diretorias das Unidades Negócios, de forma a garantir a governança do processo e atuar como elo entre a Administração da Companhia e a operação.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

29.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados na nota 19, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 3.2) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no exercício, não há incremento de risco significativo de mercado, conforme exposto acima.

29.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo de exposição	Aging				
			cenário provável				

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Caixa e Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

29.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciá-las as dívidas existentes.

	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos	110.183	101.842
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(35.871)	(34.290)
Dívida líquida	74.312	67.552
Total do Patrimônio Líquido	272.775	319.155
Total do capital	347.087	386.707
Índice de alavancagem financeira - %	21,41%	17,47%

30 Demonstrações dos fluxos de caixa

30.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2021					
	Nota	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021
				Ajuste a valor de mercado/presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	18	36.949	(146.535)		136.419	26.833
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	101.842			8.341	110.183
Arrendamentos e aluguéis		137	(158)	14	139	132
Acionistas não controladores						
Capital social		48.205	(45.000)			3.205
		187.133	(191.693)	14	144.899	140.353
	2020					
	Saldo em 31/12/202019	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2020
				Ajuste a valor de mercado/presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Dividendos	20.819	(81.689)			97.819	36.949
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	-	98.201			3.641	101.842
Arrendamentos e aluguéis	746	(287)	(265)	22	(79)	137
	21.565	16.225	(265)	22	101.381	138.928

30.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2021	2020
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	26.833	36.949
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão	549	
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	139	(79)
Total	27.521	36.870

31 Compromissos contratuais e Garantias

31.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2021				31/12/2020	
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	A partir de 2027	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	6	11			17	-
Obrigações de compra						
Compra de Energia	1.526	2.677			4.203	7.601
Materiais e serviços	8.557	6.736	834	142	16.269	13.970
Prêmio de risco - GSF			2.136	1.779	3.915	3.382
Juros Vincendos de Empréstimos	5.326				5.326	7.274
	15.415	9.424	2.970	1.921	29.730	32.227

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2021, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2021				31/12/2020	
	2022	2023 e 2024	2025 e 2026	A partir de 2027	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	6	12			18	-
Obrigações de compra						
Compra de Energia	1.448	2.896			4.344	7.601
Materiais e serviços	8.302	7.228	1.019	226	16.775	14.322
Prêmio de risco - GSF			2.771	2.638	5.409	5.409
Juros Vincendos de Empréstimos	4.679				4.679	6.606
	14.435	10.136	3.790	2.864	31.225	33.938

31.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta a garantia do tipo Seguro de vida na modalidade Aval do acionista, no montante de R\$2.811 (R\$2.900 em 31 de dezembro de 2020).

Os valores em garantia de Provisões (Nota 22), estão demonstrados em sua nota explicativa.

32 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Usinas	241.692	200.000	241.692	200.000
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	863	863	863	863
Responsabilidade civil		50.000		
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	2.811	(*)	2.900	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial das usinas onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$247.595; e
- (iv) Responsabilidade Civil de Riscos Cibernéticos, com cobertura de até R\$5.611.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Luiz Otávio Assis Henriques
Vice-Presidente

Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro
Conselheira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

Marcos Penna
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energest S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energest S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor - GSF -Extensão do prazo de concessão (Consulte as notas explicativas 1.1, 16 e 25 às demonstrações financeiras)

Em 08 de setembro de 2020, o Governo Federal promulgou a Lei nº 14.052/2020 e em 12 de julho de 2021 a Lei nº 14.182/2021, com a finalidade de repactuar o GSF para as geradoras que atuam no Ambiente de Contratação Livre - ACL e Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, a qual regulamenta a respectiva Lei. Como resultado da Lei nº 14.052/2020, com o complemento da Lei 14.182/2021, e Resolução Normativa 895/2020, a Companhia decidiu por essa repactuação. Como consequência, quando aplicável, a Companhia terá que : (i) liquidar integralmente o saldo de GSF a pagar; (ii) desistir judicialmente e em caráter permanente de suas ações judiciais relacionadas ao GSF; (iii) assinar termo aditivo de contrato de concessão, que dentre outros efeitos, assegurará uma extensão no prazo da concessão para Companhia, totalizando um incremento estimado 19,8 meses, nos quais os impactos contábeis foram registrados ao longo dos exercícios de 2020 e 2021, por meio de uma adição ao ativo intangível (Direito de concessão - Outros) em contrapartida de uma recuperação de gastos operacionais do GSF, sendo o montante de R\$91.418 mil contabilizado em 31 de dezembro de 2020, e R\$ 16.347 em 31 de dezembro de 2021, totalizando um ativo intangível em 31 de dezembro de 2021 de R\$107.765 mil.

Esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria, uma vez que envolve montantes relevantes, além de estimativas também relevantes de taxa de desconto, em relação ao reconhecimento e mensuração do valor justo dos ativos intangíveis.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação das principais premissas e dados utilizados no cálculo da estimativa do valor justo relacionado a extensão da concessão efetuada da Companhia, bem como, comparação dos dados utilizados como base de cálculo da estimativa do incremento de extensão do prazo de concessão com as informações publicados na Lei nº 14.052/2020, Lei nº 14.182/2021, Resolução Normativa 895/2020 publicada pela ANEEL e cálculo final homologado pela ANEEL durante o exercício de 2021; (ii) envolvimento dos nossos especialistas tributários para análise dos efeitos tributários (Imposto de renda e contribuição social diferido passivo); (iii) recalculamos a atualização monetária, base para determinação do período de extensão da concessão, com base nos montantes e coeficientes disponibilizados na Lei nº 14.052/2020, Lei nº 14.182/2021 e Resolução Normativa 895/2020 publicada pela ANEEL; (iv) obtivemos a ata de aprovação da Diretoria da Companhia deliberando a formalização sobre o aceite aos termos de repactuação que foram protocolados junto a ANEEL e por consequência a formalização da desistência da ação judicial para adesão aos termos propostos pela ANEEL e (v) avaliação das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do ativo intangível, os quais parte deles foram registrados fora do regime de competência, porém, considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o reconhecimento e mensuração do valor justo do ativo intangível, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes,

segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais o significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

